



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125477 - BA (2020/0079335-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : ERIVELTON SILVA PEREIRA DE QUEIROZ (PRESO)
ADVOGADO : ERICARLA SILVA PEREIRA DE QUEIROZ E OUTRO(S) -
BA053098
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CORRÉU : CLAUDIO AMERICO DE LIMA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ERIVELTON SILVA PEREIRA DE QUEIROZ contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (HC n. 8027658-81.2019.8.05.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente está preso cautelarmente desde o dia 6/2/2019, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 121, §2º, IV, c/c o art. 347, parágrafo único, ambos do CPB e art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003 (e-STJ fl. 741).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, desnecessidade da custódia cautelar. O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem parcialmente conhecida, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 73):

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CRIMES TIPIFICADOS NO ART. 121, §2º, IV, C/C ART. 347, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DO CPB, C/C ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, IV, DA LEI Nº. 10.826/2003, NA – FORMA DO ART. 69 DO CPB. 1 - ALEGAÇÃO DE DESNECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PLEITO IDÊNTICO ÀQUELE JÁ APRECIADO NA AÇÃO ANTERIORMENTE AJUIZADA, AUTUADA SOB N. 800223874.2019.8.05.0000, CUJO JULGAMENTO OCORREU EM 09/05/2019. OFENSA À COISA JULGADA. NÃO CONHECIMENTO PARCIAL DOWRIT. 2 – PLEITO DE EXTENSÃO DO BENEFÍCIO CONCEDIDO AO CORRÉU CLÁUDIO AMÉRICO DE LIMA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 580 CPPB. IMPOSSIBILIDADE. 3 - CONCLUSÃO: CONHECIMENTO PARCIAL E, NA SUA EXTENSÃO, PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM.

Na presente oportunidade, a defesa alega que, apesar da autoridade coatora não ter conhecido em parte da ordem impetrada, o *writ* anterior fora impetrado em face de ação penal distinta, bem como, ainda, existirem fatos novos a ensejar nova análise.

Lado outro, aduz não haver motivos suficientes a justificar a segregação cautelar do paciente, que é primário, de bons antecedentes, com residência fixa e profissão definida, mencionando, ademais, que a instrução processual já está encerrada.

Enfatiza que a única prova, a qual ensejou a prisão do paciente, é frágil e sem origem definida e, por fim, afirma que o corréu foi colocado em liberdade e o paciente não, mesmo havendo semelhança fático-jurídica entre eles.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a extensão dos benefícios concedidos ao corréu e, subsidiariamente, a liberdade provisória, ainda que sob imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Inicialmente, verifico que o Tribunal *a quo* não conheceu das alegações referentes à prisão preventiva do paciente, consignando que houve *[a] repetição do writ, restando configurada a manifesta coisa julgada decorrente da anterior impetração* (e-STJ fl. 744).

Portanto, inexistente pronunciamento do Tribunal de origem no ato coator constante dos autos acerca da matéria, sendo inviável exame direto por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

Nesse sentido:

[...] Matéria não enfrentada na Corte de origem não pode ser analisada diretamente neste Tribunal Superior, sob pena de supressão de instância. [...] (HC n. 378.585/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 6/4/2017, DJe 20/4/2017)

[...] A alegação de carência de fundamentação idônea para o encarceramento provisório do paciente não foi examinada pelo Tribunal de origem, não podendo, assim, ser apreciada a matéria por este Superior Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância. [...] (HC n. 387.392/MS, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 30/3/2017, DJe 7/4/2017)

Ainda, vale lembrar que *[A] análise da pretensão de mudança do entendimento da instância antecedente, soberana na análise dos fatos e das provas,*

ensejaria o reexame do conteúdo probatório dos autos, o que é inadmissível em sede de habeas corpus (AgRg no HC 556.717/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 5/3/2020, DJe 23/3/2020).

Por fim, [A] teor do art. 580 do Código de Processo Penal, o deferimento de extensão a liberdade concedida a corréu exige que o paciente esteja na mesma condição fático-processual daquele já beneficiado. Não basta, portanto, que a questão jurídica seja idêntica/semelhante, exige-se um liame subjetivo entre os réus. (HC 551.106/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), Quinta Turma, julgado em 18/2/2020, DJe 26/2/2020).

No caso, o Tribunal não reconheceu a similitude fática e processual entre os dois corréus (e-STJ fl. 750):

Inegavelmente, não resta qualquer possibilidade de concessão da liberdade provisória ao Paciente, já que o Paciente, como confessado em juízo, teria sido o executor do crime, ceifando a vida da vítima, enquanto o corréu Cláudio Américo de Lima estaria no local apenas conduzindo a viatura utilizada na empreitada criminosa, de sorte que não restam preenchidos os requisitos previstos no art. 580 caput do Código de Processo Penal (...)

Destarte, pelo cotejo do substrato fático e a decisão proferida pelo Magistrado, que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva do Paciente, percebe-se que não restam comprovados, ao menos nos autos da presente ação autônoma de impugnação, os requisitos objetivos, à luz do art. 580, , do CPPB, a caput fim de que se possa estender os efeitos da decisão proferida em favor do corréu Cláudio Américo de Lima, como bem fundamentou o Juízo haja vista que não encontram-se em circunstâncias a quo, idênticas, cujos atos praticados pelo Paciente têm grande relevância para consumação da ação delituosa

Assim, não obstante os fundamentos apresentados na inicial, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruído, dispenso as informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intime-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator